APRESENTAÇÃO

Ao trazer a lume esta nova edição da Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, referente ao segundo semestre de 2022, publicação organizada pela Escola de Contas e Gestão, cujo objetivo é difundir trabalhos técnico-científicos na área da administração pública, controle externo, tribunal de contas e afins, permito-me um breve retrospecto das atividades desenvolvidas pela ECG/TCE-RJ ao longo deste ano, motivo de júbilo e celebração, como se verá, diante do amplo atendimento à missão que nos foi confiada de promover ensino e pesquisa no âmbito da gestão pública, visando ao aprimoramento do desempenho e do controle governamental, em consonância com as expectativas da sociedade.

Nosso Plano Anual de Formação e Capacitação (PAFC – 2022), vinculado ao Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) sintetiza todos os programas e respectivas ações a serem realizadas ao longo do ano, definindo objetivos, diretrizes e metas a serem alcançadas. O modelo de atuação da ECG/TCE-RJ acompanha o Planejamento Estratégico do Tribunal, na perspectiva de consolidar-se como instituição propulsora do aprimoramento da gestão pública, com deferência a valores como transparência, profissionalismo, ética, efetividade, independência, inovação e sustentabilidade. E os projetos se concretizaram, em razão de um conjunto de fatores, mas, sobretudo, pelo empenho, comprometimento e competência de todos os envolvidos, tanto servidores do TCE-RJ quanto das instituições parceiras e jurisdicionados.



KAREN ESTEFAN DUTRA
Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão - ECG/TCE-RJ

Os eventos promovidos pela Escola – Seminários, Workshops, Encontros, Palestras, Cursos - foram numerosos e intensos, contando sempre com a adesão expressiva do público-alvo. Faz-se relevante citar alguns, já que todos podem ser acessados em nossas plataformas digitais: Workshops "Proteção do Conhecimento no âmbito do TCE-RJ" e "Fraudes no âmbito da terceirização de serviços de Saúde"; Seminários "Controle Externo da Política de Segurança Pública", "Controle Externo de Infraestrutura", "Auditoria Contábil-Financeira no Setor Público: desafios e perspectivas"; Palestras "Controle Externo e Tecnologia: boas práticas da Controladoria-Geral da República da Colômbia", "Reforma da Previdência", "Lei da Liberdade Econômica", "A Nova Lei do Saneamento Básico e o Controle Externo"; "II Encontro das Auditorias Internas dos Tribunais de Contas do Brasil", "II Encontro Técnico Nacional do Controle Externo da Receita" e "X Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas – BIBLIOCONTAS". Nossos cursos são desenvolvidos pela própria Escola ou em parceria com outras instituições, visando à otimização de experiências e ampliação da escala do alcance das ações de capacitação. Por exemplo, realizamos, em parceria com o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFHT/UERJ), o curso "Compliance na Administração Pública". O curso tem por objetivo propiciar aos participantes a compreensão sobre a importância da cultura da integridade na atuação da Administração Pública.

Em agosto, o TCE-RJ recebeu a visita do Ministro Substituto do Tribunal de Contas da União (TCU), André Luís de Carvalho, que proferiu duas palestras: uma capacitação exclusiva para Membros do TCE-RJ: "Novos Parâmetros Constitucionais e Legais para o Processo de Controle", e outra para os servidores: "O Desafio do Controle Externo em Face do Novo Marco-Lógico para o Sistema Público de Planejamento e Orçamento".

A esses eventos se juntaram apresentações e debates do Projeto "Encontro com o Autor: "Jurimetria aplicada aos Tribunais de Contas", de Gilson Piqueras Garcia; "Auditoria Contábil-Financeira no Setor Público", de Laércio Mendes Vieira; "Norte Fluminense – uma região petro-dependente", de Paula Alexandra Nazareth e Rosélia Piquet; "Estado, Democracia e Direito no Brasil: trinta anos da Constituição Cidadã", de Claudio Nascimento Alfradique e Geraldo Tadeu Moreira Monteiro (organizador); "Contas dos Governantes: apreciação das contas dos chefes do Poder Executivo pelos Tribunais de Contas" e "Controle da Administração Pública no Brasil", de Donato Volkers Moutinho.

Traduzindo em números, ainda que os dados de 2022 não tenham sido fechados, o quantitativo de atividades e cursos oferecidos, turmas e matrículas já superou o ano anterior, assim como as metas estabelecidas no PAFC para este ano, e alcançará mais de 60.000 participantes, em uma demonstração de vigor e pujança de nossa atuação. Aí estão incluídas ações educacionais presenciais e a distância, aquelas desenvolvidas apenas pela Escola e as realizadas em parceria, em especial por meio da plataforma da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o programa ECG Presente, em que nossos docentes desempenham suas funções nos municípios jurisdicionados. Cabe ressaltar a reconhecida excelência de nossos programas, por contarmos sempre com a colaboração de especialistas consagrados nas matérias que apresentam e um corpo docente capacitado a instrumentalizar os recursos tecnológicos disponíveis.

Com expressão de meu contentamento, faço referência ao Acordo de Cooperação mantido entre o TCE-RJ e a Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), que estabelece as normas para a inserção de adolescentes em atividades de aprendizagem no TCE-RJ. Atendendo aos objetivos do Convênio e dando continuidade às ações de inclusão previstas na Política de Inclusão em Educação do TCE-RJ, encontra-se em desenvolvimento a nova edição do "Programa de Formação Adolescente Aprendiz", ação educacional realizada pela Escola de Contas e Gestão em parceria com a Secretaria-Geral de Administração. O programa, com concepção e estrutura atualizadas, com adequado equilíbrio entre teoria e prática, busca a promoção da inclusão social dos adolescentes aprendizes pelo fortalecimento de instrumentos de desenvolvimento humano, com ênfase nas formas de comunicação e participação social como propulsora da autonomia e dignidade existencial. O TCE-RJ possui um total de 27 adolescentes em 2022, distribuídos entre os turnos da manhã e da tarde.

Todo o trabalho desenvolvido pela Escola e por cada um de seus colaboradores é permanentemente avaliado por nossos alunos, pelos jurisdicionados, pelo corpo docente, por setores específicos do TCE-RJ, prática que estimulamos e acolhemos, uma vez que temos o entendimento de que as ações fazem parte de um processo em evolução e, mesmo aquelas que hoje são consideradas excelentes, sempre podem melhorar.

Nessa perspectiva, o Conselho Deliberativo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), atualmente presidida pelo Conselheiro Cezar Miola, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, instituiu o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-TC), de periodicidade bienal, um instrumento de avaliação que objetiva verificar o desempenho dos órgãos de controle, identificando pontos fortes e oportunidades de melhorias nas rotinas administrativas, de fiscalização e julgadoras.

Com o propósito de conhecer, acompanhar, orientar e sugerir, o MMD-TC abarca múltiplos aspectos do processo de desenvolvimento e formação dos servidores públicos, entre os quais: execução do plano de capacitação continuada para membros, servidores e jurisdicionados; formação e desenvolvimento de lideranças e potenciais sucessores; capacitação contínua em auditoria, alinhada às NBASP; promoção da ambientação de novos servidores (o que fazemos por meio de nosso Programa de Formação de Novos Servidores – PFNS); mensuração da reação ao aprendizado e do impacto profissional das ações de capacitação; fomento à formação acadêmica suplementar (o que executamos por meio dos cursos de especialização que a ECG/TCE-RJ oferece e de nosso Programa de Bolsas de Estudo, em instituições do Brasil e do exterior); projeto pedagógico alinhado com a política de gestão de pessoas do Tribunal; e adoção de metodologias ativas e inovadoras, incentivando novas dinâmicas de trabalho.

Com alegria e orgulho, registramos que, após detalhada aplicação do MMD-TC, a Atricon considerou que a Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro atendeu positivamente a todos os indicadores que compõem o instrumento da avaliação instituído. Além disso, considerou relevantes duas "Boas Práticas" que a Escola vem utilizando em suas atividades de capacitação.

Uma é o curso "Introdução à Auditoria de Obras Públicas", elaborado em 2021, iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB), com o apoio do Instituto Serzedello Corrêa – Escola Superior do Tribunal de Contas da União (ISC/TCU), e desenvolvido pela Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ), com apoio do TCE-RJ, TCE-PR, TCE-RN, TCE-RS e TCM-GO. Trata-se de um curso desenvolvido na modalidade online autoinstrucional, que tem por objetivo geral proporcionar aos servidores a compreensão das etapas e atividades da Auditoria de Obras, com base nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

A outra "Boa Prática" enaltecida é o curso "Docência Online na ECG", voltado para a formação continuada dos docentes da ECG/TCE-RJ. O curso possui relevância estratégica para a Escola por oferecer a oportunidade para o desenvolvimento de seu corpo docente, para atuação em cursos a distância e híbridos mediados por tecnologias, ampliando o alcance de variados públicos. A turma foi realizada com 34 (trinta e quatro) docentes que integram

APRESENTAÇÃO

o cadastro da Escola, com utilização de metodologias inovadoras, entre as quais a concepção de avaliação processual, formativa, com partilha de feedbacks coletivos e individuais acerca de cada atividade.

A Revista do TCE-RJ é o reflexo de todas as ações aqui expostas. Transmite o dinamismo, a proatividade, o trabalho sério e responsável empreendido pelos membros e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Os artigos, entrevistas e informativos publicados na Revista do TCE-RJ disseminam conhecimentos, mas, ao mesmo tempo, aguçam o interesse pela materialização de reflexões e acolhimento das proposituras de soluções de casos, a exemplo do que vem sendo feito semestralmente por servidores do Tribunal, de instituições congêneres e de universidades, com as quais mantemos sólidos e profícuos laços de cooperação. Como servidores públicos, serão sempre motivo de imensa satisfação o reconhecimento e o respeito da sociedade, com a qual a comunhão se dará pelo atendimento às suas necessidades e expectativas no controle da aplicação dos recursos que lhe pertencem. O desempenho de nosso trabalho, primando por atuação inspiradora e mobilizadora, é fundamental e imprescindível para o bem público.

Esta edição da Revista do TCE-RJ está dividida em quatro seções. A primeira constitui-se de uma "Entrevista" com o Conselheiro Felipe Galvão Puccioni, do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, em que trata de sua sólida e diversificada formação acadêmica, trabalhos e artigos publicados, a experiência no curso PhD no tradicional e respeitável Trinity College, da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, por onde passaram personalidades como Isaac Newton e Stephen Hawking, além do potencial de aplicação de seu projeto de pesquisa "Intervenção na educação do Rio por meio de um experimento aleatório com cluster de três níveis". A segunda seção, "Informativo", aborda eventos relativos à atuação na fiscalização de concessões e parcerias público-privadas, cabendo assinalar que o Conselheiro-Presidente do TCE-RJ, Rodrigo Melo do Nascimento, exerce a presidência do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público -Privadas e Privatizações do IRB. Fruto do trabalho deste grupo, a seção também joga luz sobre o lançamento de Nota Técnica que traz diretrizes gerais para fiscalização de projetos de desestatização pelos Tribunais de Contas.

A terceira seção, sob o título TCE em Foco, faz referência especial à realização do Seminário "A Nova Lei do Saneamento Básico e o Controle Externo", promovido pelo IRB em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), com apoio do TCE-RJ, à reintegração do TCE-RJ à Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras (OLACEFS), durante a XXXI Assembleia Geral Ordinária da entidade, e ao Convênio de Cooperação Interinstitucional firmado entre o TCE-RJ e a Controladoria-Geral da República da Colômbia, membros da OLACEFS.

A seguir, na quarta seção, têm início os artigos, em número de sete. A cada um dos autores expresso meu especial cumprimento pela qualidade dos trabalhos apresentados, significando importante contribuição para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O primeiro artigo tem como autoras a Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Marianna Montebello Willeman, Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO), e Sara Jane Leite de Farias, Doutoranda pela Universidade Estácio de Sá e Assessora do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho, intitulado "Os direitos patrimoniais disponíveis como pressuposto de aplicação da consensualidade na NNCL", tem como propósito abordar a gestão de conflitos na seara contratual, a partir da interpretação do conteúdo do artigo 151 na Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei n. 14.333/2021, segundo o qual a aplicação dos instrumentos aptos a esse fim deve estar vinculada às controvérsias relacionadas aos direitos patrimoniais disponíveis, cujo conceito é examinado.

O segundo artigo, sob o título "O compartilhamento de dados e informações protegidos por sigilo fiscal com os Tribunais de Contas: uma estratégia para fortalecer a cultura de combate à corrupção no Brasil", de Igor Pereira Oliveira, Auditor Federal de Controle Externo do TCU e Mestre em Engenharia pela Escola Politécnica da USP, propõe, para o combate à corrupção em nosso País, a adoção de estratégias eficazes para o fortalecimento da integridade nacional, considerando relevante o compartilhamento, pela administração tributária federal e estaduais, de dados e informações protegidos por sigilo fiscal com os Tribunais de Contas, sem descurar da previsão legal e orientação jurisprudencial.

O artigo seguinte, o terceiro, elaborado por Lucas Oliveira Gomes Ferreira, Auditor de Controle Externo do TCU, Professor Adjunto da UnB, Doutor em Ciências pela UnB, e André Luís Marques Serrano, Professor Associado da UnB, Doutor em Economia pela UnB, "A contribuição do efeito flypaper ao papel do controle externo", tem por objetivo analisar se o efeito flypaper contribui para a atuação do controle externo nos entes brasileiros. Os resultados da pesquisa indicam potenciais atuações por parte do controle externo, seja federal, estadual ou municipal, como a exigência de informações financeiras relevantes e fidedignas. Os autores definem o efeito flypaper como um fenômeno que acontece quando uma transferência incondicional e sem contrapartida para um ente governamental (estado ou município) aumenta os gastos em uma proporção maior do que um aumento equivalente na renda local.

Em prosseguimento, o quarto artigo, "A nova Lei da Liberdade Econômica e seus efeitos em Minas Gerais: o case do Minas Livre para Crescer", de Douglas Augusto Oliveira Cabido, Subsecretário de Estado de Minas Gerais, Especialista em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário Newton Paiva, e Frederico Amaral e Silva, Subsecretário de Estado de Minas Gerais, Mestre em Engenharia de Transportes pela UFMG, tem como tema central a melhoria do ambiente de negócios no Brasil e, especialmente, em Minas Gerais, muito por conta da aprovação da inovadora Lei de Liberdade Econômica, que visa garantir um ambiente econômico mais fácil, dinâmico e simplificado aos empreendedores. O artigo apresenta os resultados obtidos em Minas Gerais com a aplicação da nova lei, com destaque para a geração de emprego, atração de novos investimentos e abertura de novas empresas.

Na sequência, no quinto artigo, "Provisões matemáticas dos regimes próprios de previdência dos municípios do estado de Minas Gerais: um estudo descritivo da qualidade da informação contábil", os analistas de Controle Externo do TCE-MG André Luiz Lemos Andrade Gouveia, Douglas Apolônio Marques de Melo, Fábio Porcher Alves, Hanielle Guedes Rodrigues, Lorena Oliveira de Sousa, Maria Júlia Ferreira e Silva e o Coordenador de Auditoria Financeira e Fiscalização de Projetos Financiados do TCE-MG Filipi Assunção Oliveira apresentam o resultado de uma pesquisa que teve por objetivo produzir um panorama geral das informações contábeis sobre provisões matemáticas previdenciárias disponibilizadas ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) pelos municípios que possuem RPPS. Os resultados observados indicaram a existência de deficiências na gestão contábil dos saldos previdenciários, comprometendo a transparência da real situação dos planos de benefícios mantidos pelos municípios mineiros. As deficiências anotadas são elencadas e analisadas.

O sexto artigo, "Inteligência analítica de controle externo: tratamento de dados e avanços no combate à fraude e à corrupção", de Cirleia Carla Sarmento Santos Soares, Auditora Fiscal de Tributos do Estado de Rondônia, e Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo do TCE-RO, ambos Mestres em Administração pela Universidade Federal de Rondônia, propõe o uso da tecnologia para promover avanços no combate à fraude e à corrupção na aplicação de recursos públicos, dotando os Tribunais de Contas de elementos suficientes à execução da chamada inteligência de controle externo. Os autores destacam que os Tribunais de Contas podem avançar em sua atuação estratégica ao monitorar de forma contínua e preventiva seus jurisdicionados, com foco nos dados que aportam em suas bases, decorrente de exigências normativas.

Finalizando esta edição da Revista do TCE-RJ, o artigo "A necessidade do saneamento sustentável e integrado para o Estado do Rio de Janeiro", de Adacto Benedicto Ottoni, Professor Associado do Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente da UERJ, analisa a crise hídrica, propõe uma possível solução para a melhoria emergencial do manancial do rio Guandu e põe em relevo a urgência na gestão sustentável e integrada para o saneamento. O trabalho faz recomendações que, segundo o autor, deveriam ser agregadas às políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro, indicando o reaproveitamento de resíduos, com vistas à preservação dos ecossistemas naturais, o que contribuiria para a saúde da população fluminense.

Ao cumprir sua missão de promover ensino e pesquisa na área de gestão pública, a Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ vem transformando ideias em ações, projetos em realizações, expectativas em soluções. A disseminação de modelagens de ações bem-sucedidas e a demonstração da viabilidade da adoção de boas práticas, com vistas ao permanente aprimoramento da gestão pública, constituem o nosso objetivo.

